

Registo de Comércio e das Sociedades

Número R.C.S.: B11756

Referência do depósito: L180081399

Depositado e registado a 24/05/2018

Relatório Anual de 2017

CREDIT SUISSE (LUXEMBOURG) S.A.

Relatório Anual

Índice

Informações sobre a Empresa

Conselho de Administração

Gestão Autorizada

Auditoria Interna

Auditoria Externa

Contas anuais relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2017 com o relatório do

Revisor Oficial de Contas anexo)

Relatório de Gestão do CREDIT SUISSE (LUXEMBOURG) S.A. para o exercício de 2017

Relatório do Revisor Oficial de Contas

Balanço à data de 31 de dezembro de 2017

Demonstração de resultados relativa ao exercício findo a 31 de dezembro de 2017

Anexos às contas anuais relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2017

Informações sobre a empresa

Conselho de Administração

No exercício de 2017, o Conselho de Administração era composto pelos seguintes membros:

Yves Maas

Chief Executive Officer (“CEO”) do Banco
(até 31 de Janeiro de 2017)
e Chairman do Conselho de Administração
desde 1 de fevereiro de 2017

Stéphane Herrmann

Chief Executive Officer (“CEO”) do Banco
(desde 1 de fevereiro de 2017)

Dominik Münchbach

Diretor de External Asset Manager Swiss Universal Bank

André Prüm

Membro externo do conselho

Beat Spühler

Membro externo do conselho

Hans-Jörg Turtschi

Membro externo do conselho

Theis Karlheinz Wenke

Segundo Tesoureiro, CFO Suíça

Andre Helfenstein

Director de Corporate & Institutional clients Swiss Universal Bank

Gestão Autorizada

Yves Maas

Diretor Geral

Chief Executive Officer, até 31 de janeiro de 2017

Stéphane Herrmann*

Diretor Geral

Chief Executive Officer, desde 1 de fevereiro de 2017

Alain Weber*

Diretor Geral, desde 21 de março de 2017

Chief Risk Officer

Philippe Bernard*

Diretor

Chief Financial Officer

Yiping Li*

Diretor, desde 3 de outubro de 2017

Chief Operating Officer

Auditoria Interna

Catherine Weissenbacher

Diretora,

Head of Internal Audit

Auditoria Externa

KPMG Luxembourg Société coopérative

Gabinete de revisores oficiais de contas

Luxembourg

*Aprovado pela Commission de Surveillance du Secteur Financier

CREDIT SUISSE (LUXEMBOURG) S.A.

Contas anuais

relativas ao exercício findo a

31 de dezembro de 2017

(com o relatório do

Revisor Oficial de Contas anexo)

5, rue Jean Monnet

L-2010 Luxemburgo

R.C.S.: Luxemburgo B 11.756

**Relatório de Gestão
Do CREDIT SUISSE
(LUXEMBOURG) S.A.
relativo ao exercício de 2017**

Informações Gerais

Em 2017, o Credit Suisse (Luxembourg) S.A. (doravante designado por “o Banco”) trabalhou com afinco num ambiente económico geral relativamente positivo. Enquanto as taxas de juro se mantinham num nível historicamente negativo (EUR, CHF) que tornou necessário que fossem feitos ajustes nas condições dos clientes de forma a mitigar o impacto negativo nos resultados do Banco, as atividades dos clientes retomaram em paralelo com os desenvolvimentos positivos na bolsa de valores dos Estados Unidos e da Europa. Este ambiente teve um impacto positivo na linha superior da Demonstração de Resultados (“DR”). Em paralelo e preparando a implementação das medidas de proteção do consumidor, i.e. a directiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros (“Markets in Financial Instruments Directive”, “MIFID II”), dirigir uma atenção renovada sobre soluções de consultoria de investimentos e gestão discricionária permitiu que uma maior parte das receitas fosse proveniente de comissões e taxas recorrentes ao invés de transações e mediações. Esta tendência deverá manter-se em 2018 e nos anos seguintes.

O Banco expandiu igualmente as suas capacidades de negócio ao abrir uma nova sucursal na Irlanda. O Credit Suisse oferece na Irlanda serviços integrados *one-stop-shop* que incluem Banco Depositário, Administração de Fundos e Sociedade de Gestão. O modelo de operação proposto vai permitir ao Banco valorizar o seu *know-how*, recursos e as suas capacidades operacionais assim como criar sinergias com a nova sucursal de forma a garantir que aos clientes da Irlanda são oferecidos serviços de elevada qualidade.

Há que realçar que o Banco iniciou uma recuperação na sequência da estratégia empresarial do International Wealth Management (IWM) do Credit Suisse Group. Ao ser integrado em 2016 no negócio da Europa Ocidental, o Banco beneficiou de um maior alinhamento entre o negócio do IWM e a sua plataforma de desenvolvimento.

Assim, seguindo o reforço de gestão no início de 2017, o Banco iniciou uma reestruturação da entidade em torno de quatro vertentes:

- Um aperfeiçoamento da sua estratégia de negócio em torno de cinco pilares essenciais para a sua plataforma: negócios directos no Luxemburgo (com foco nos mercados transfronteiriços europeus), nas sucursais europeias (escritórios em zonas-chave)¹, gestores de ativos externos, negócios UHNW&PLF assim como um grupo dedicado a Empresas e Instituições.
- A estrutura, administração e gestão da organização foram redesenhadas por forma a melhor se alinhar com a estratégia definida e poder disponibilizar recursos em conformidade.

¹ Foram criadas sucursais na Áustria, Portugal, Holanda e França e em 2017 na Irlanda; a sucursal grega cessou as suas atividades a 31 de março.

- Uma melhoria da trajectória financeira do Banco, equilibrando reduções de custo a curto-prazo e aumento de receitas com objectivos e rentabilidade a longo prazo.
- Um empenho renovado na cultura do Banco com o desenvolvimento de um painel de medidas para ancorar os valores-chave do Grupo dentro da organização: atenção ao cliente, responsabilidade, transparência e meritocracia.

A maior parte das medidas estruturais definidas no plano estratégico foram completadas até finais de 2017. O primeiro impacto é a recuperação da rentabilidade do Banco ao mesmo tempo que se lançaram os alicerces de desenvolvimento para 2018 e para os anos seguintes. Já em 2017, o Banco — usando a sua plataforma global, a sua oferta avançada de produtos e conhecimentos, assim como o reconhecimento do Credit Suisse Group como um dos líderes da indústria — conseguiu atrair novos negócios ao mesmo tempo que continuava a fornecer serviços aos seus clientes-alvo. Verificou-se um aumento dos ativos sob gestão em mercados estratégicos, e em especial nos Clientes Particulares com Elevado Património.

Para o exercício findo a 2017, o Banco registou um lucro após impostos de 16.0mil CHF (contra uma perda de 8.9mil CHF em 2016). O aumento é fruto sobretudo de um aumento das receitas em todas as linhas (receitas de juros líquidos e receitas de comissões líquidas), um decréscimo nas outras despesas administrativas de 12.0mil CHF e os progressos atingidos no Luxemburgo e nas sucursais, em particular na francesa (redução de perda de 10.2mil CHF) e na austríaca (maior rentabilidade que resultou num aumento dos resultados de 5.0mil CHF). Em consequência do seu plano de recuperação, o Banco registou encargos de transformação adicionais de 4.5mil CHF, incluindo uma provisão de reestruturação de 2.3mil CHF. Por fim, o efeito de take-off da sucursal holandesa (perda de 2.0mil CHF), assim como a depreciação adicional no valor de 6.2mil CHF em empréstimos tiveram um impacto negativo nos resultados do Banco.

Fizeram-se ainda contribuições no valor de 3.0mil CHF em 2017 (2016: 3.3mil CHF) pela sede do Luxemburgo e da sucursal austríaca no contexto do mecanismo de estabilidade europeu, porquanto a provisão remanescente de 0.7mil CHF do Esquema de garantia do Luxemburgo já tinha sido utilizada no seu todo em 2016.

Análise do Negócio

Balanço

O total do balanço teve um aumento de 1,2% no período e no fim do exercício de 2017 atingiu os 7,784mil CHF (2016: 7,691mil CHF). As alterações no ativo devem-se sobretudo a um aumento 324mil CHF de “empréstimos e adiantamentos a clientes”, um aumento de colocações em bancos centrais (284mil CHF), um aumento de 281mil CHF de um empréstimo de títulos AAA sob acordos de recompra com o Credit Suisse A.G. Zurique e um decréscimo de 525mil CHF em “empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito”.

Tal como em anos anteriores, o desenvolvimento dos empréstimos a instituições de crédito, bancos centrais e clientes esteve estreitamente relacionado com as variações do passivo nos “débitos a clientes” e nos “débitos para com instituições de crédito”, que diminuíram respectivamente para 793mil CHF e aumentaram para 866mil CHF em consequência de uma diminuição das concentrações de equivalentes de caixa dos nossos clientes.

A evolução descrita em “empréstimos e adiantamentos a clientes” resulta em grande parte de um aumento do créditos com garantias concedidos a clientes privados e num grau menor a um aumento de créditos empresariais e institucionais. As variações dos créditos, incluindo os juros, aumentou para 6.2mil CHF durante o exercício para atingir no final do exercício de 2017 10.6mil CHF.

Demonstração de resultados

Em 2107, o Banco registou um lucro depois dos impostos de 16.0mil CHF (contra um perda depois dos impostos de 8.9mil CHF no ano anterior). Os factores mais importantes para os resultados positivos foram o impacto combinado dos aumentos de rendimento (Sede do Luxemburgo com um aumento para 8.6mil CHF, a sucursal austríaca para 5.0mil CHF) e a redução por 10,2mil CHF dos resultados negativos da sucursal francesa. As despesas administrativas gerais voltaram a níveis mais baixos com um decréscimo de 15mil CHF graças às medidas de eficiência de custo aliadas a menores custos de transformação de plataforma e isto apesar do impacto negativo do aumento em 2017 das taxas de câmbio EUR/CHF. As provisões para empréstimos e outras perdas aumentaram devido ao aumento na actividade de crédito e da revisão da carteira em curso (sobe 6.2mil CHF).

As receitas líquidas de comissionamento num valor total de 107.9mil CHF em 2017 (aumento de 10,8%, de 97.4mil em 2016) baseia-se sobretudo num aumento do nível de transações realizadas em nome de clientes e no aumento de atividades de gestão de ativos. Para mais, registou-se o

aumento dos juros líquidos de 39,8% que atingiu os 58.2mil CHF em resultado do aumento do volume de empréstimos baseado nos baixos níveis das taxas de juro ao longo do ano e da extensão do âmbito de recuperar os juros negativos aos clientes.

“Outros encargos operacionais”, que é composto sobretudo pelos encargos de reestruturação de 4,5mil CHF, também aumentaram de 6.3mil CHF em 2017 enquanto outras despesas administrativas diminuíram de 12mil CHF. A diminuição foi mitigada pela evolução negativa das taxas de conversão de EUR para CHF em 2017 se comparado com 2016. As perdas líquidas de operações financeiras no montante de 12.3mil CHF incluem sobretudo diferenças de conversão cambial e pagamento de prémios por opções em empresa associada com cobertura de risco de crédito diferente com receitas de juro compensatórias. Acrescente-se o aumento dos encargos de imparidade de empréstimos de 4.5mil CHF em 2016 para 6.2mil em 2017.

Os resultados das sucursais depois dos impostos antes da eliminação interempresarial contribuíram positivamente para os lucros do banco em particular com os progressos atingidos em França (64% de diminuição de perda) e Áustria (subida de 79% de lucro sobretudo graças a um projecto de Financiamento de Empresas (Fusões e Aquisições). Os resultados das sucursais podem ser analisados da seguinte forma:

| Sucursais | Data de criação | Resultados depois de impostos 2017 (K CHF) | Resultados depois de impostos 2016 (K CHF) |
|-----------|------------------------|---|---|
| Áustria | 15 de janeiro de 2007 | 11,273 | 6,289 |
| Portugal | 19 de março de 2013 | 168 | 758 |
| Grécia | 24 de abril de 2013 | 897 | (1,443) |
| França | 6 de fevereiro de 2015 | (5,714) | (15,895) |
| Holanda | 1 de abril de 2016 | (2,024) | (1,578) |
| Irlanda | 8 de setembro de 2017 | (212) | n.a. |

Gestão de Riscos

O grande empenho na gestão de riscos , avaliação permanente e melhoria contínua da estrutura de gestão de cumprimento e de risco do Banco fornece a segurança suficiente de que os riscos são efetivamente identificados e mitigados, como é requerido pelas autoridades de supervisão bancária e práticas de mercado aplicáveis. O Banco faz um esforço substancial na deteção de riscos e na avaliação permanente dos riscos no processo de tomada de decisão em todos os níveis da organização.

Em conformidade com o CSSF 12/552, posteriormente alterada, o Banco implementou as seguintes três linhas de defesa:

- A primeira linha consiste nas unidades de negócio que tomam ou adquirem riscos segundo uma política pre-estabelecida e limites, que efectuam controlos, e implementam medidas de mitigação para reduzir a exposição ao risco
- A segunda linha é formada em primeira instância por funções de controlo internas independentes (Director de Conformidade e Director de Risco). Acrescente-se ainda a Entidade Legal de Finanças (Legal Entity Finance, “LEF”), Tecnologia de Informação (Information Technology, “IT”) e o Director de Segurança Informática (Information Security Officer, “ISO”) que também contribuem para a estrutura global de controlo de risco
- A terceira linha, a função de Auditoria Interna (Internal Audit, “IA”), fornece uma análise independente, objectiva e critica das duas primeiras linhas de defesa.

Os objectivos principais das funções de controlo interno são a antecipação, identificação, medição, monitorização, controlo e comunicação de todos os riscos a que o Banco está ou pode estar exposto. Para mais as funções de controlo interno verificarão e monitorizarão o cumprimento das políticas internas e procedimentos, que estão sob sua alçada. As funções de controlo interno reportam directamente à Gestão Autorizada (Authorized Management, “AM”) assim como ao Conselho de Administração (Board of Directors, “BoD”) e aconselham independentemente sobre risco. Os papéis e responsabilidades das diferentes funções de controlo estão formalizados nos estatutos de Cumprimento, Controlo de Riscos e Auditoria Interna e nas políticas relacionadas.

O Banco mantém uma estrutura de políticas abrangente que regula em detalhe assuntos da organização, operações de negócio e que garante o cumprimento com as leis e regulamentações relevantes. A estrutura de gestão de riscos e controlo interno concentra-se na protecção do Banco de falhas que resultem potencialmente do incumprimento das leis aplicáveis e de regulamentações externas ou internas e na mitigação dos riscos que possam decorrer das atividades de negócios do Banco.

Os requisitos regulamentares da Circular CSSF 07/301 nos termos do Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital Interno (“ICAAP”) são regularmente apreciados pelo AM. O ICAAP está anualmente sujeito à aprovação pelo BoD. A estrutura do ICAAP traça detalhadamente o processo de auto-avaliação de adequação do capital em relação com o seu perfil de risco, estratégia e capacidade de risco em termos de capital. O relatório do ICAAP reúne a avaliação dos riscos do Banco, como o Banco gere e mitiga os riscos e qual o valor do capital atual e futuro se estima ser necessário tendo em conta os factores de mitigação do risco.

Acrescente-se o Processo de Auto-avaliação da Adequação de Liquidez Interna (“ILAAP”) que estabelece como o Banco identifica e gere os seus riscos de liquidez e traça em detalhe os níveis de liquidez requeridos ao Banco. O ILAAP é realizado anualmente como parte integrante do ciclo de planeamento anual e adaptado a mudanças significativas que possam ocorrer na estratégia de negócio ou no perfil de risco do Banco. Está sujeito a aprovação pelo BoD. O Banco está integrado na estrutura de gestão de risco e e controlo interno do Credit Suisse Group (“CSG” ou “o Grupo”) que inclui planificação da liquidez e implementação dedicada e que opera dentro da Estrutura de Gestão de Liquidez (Liquidity Management Framework, “LMF”) aprovada pelo BoD, que descreve os princípios que regem a gestão da liquidez e financiamento, papéis e responsabilidades (incluindo órgãos sociais) e as ferramentas de monitorização utilizadas para controlar posições de liquidez.

A pedido do Banco, o CSSF em carta datada de 22 de dezembro de 2010 aprovou a isenção relativa à publicação de informação relacionada com o pilar III, em conformidade com a Parte XIX, ponto 12 da deliberação 06/273, posteriormente alterada.

Para permitir tomadas de decisão indicadas e condução de assuntos relacionados com riscos e controlo, foram criadas comissões dedicadas:

- A Comissão de Auditoria e Risco (Audit and Risk Committee, “ARC”) cuja função principal é de prestar assistência ao BoD no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão nas áreas da informação financeira, controlo interno, incluindo auditorias internas ou externas. O ARC presta assistência ao BoD na sua missão de avaliar a adequação entre os riscos incorridos, a capacidade do Banco de gerir esses riscos e as reservas internas e regulamentares de fundos e liquidez.
- A Comissão de Ativos e Passivos (Asset and Liability Committee, “ALCO”) foi estabelecida para gerir o balanço, ativos/passivos, liquidez, adequação do capital e rentabilidade.

Risco de crédito

As soluções de empréstimo do Banco são apenas oferecidas a clientes a quem tenha sido efectuada uma avaliação exaustiva de risco com bases quantitativas e qualitativas. O Banco oferece sobretudo empréstimos a curto prazo com garantias, mas oferece também crédito hipotecário em França, soluções de crédito a empresas operacionais de forma seletiva, com maturidades de curto a longo prazo. E ainda, o Banco concede empréstimos de financiamento para atividades de exportação com garantias fornecidas pela Agência de Crédito à Exportação (Export Credit Agency, “ECA”), por um Soberano com bom rating ou por uma Seguradora de Risco Privado (Private Risk Insurance, “PRI”).

O risco de crédito é gerido através de um processo de pedido detalhado de crédito e de aprovação e um processo de avaliação de qualidade de crédito. Antes de qualquer aprovação é efectuada uma análise de avaliação de crédito, que abrange a análise e avaliação da solvabilidade do credor, garantias e hipotecas e o tipo de empréstimos subjacentes por gestores de crédito experientes. A monitorização do crédito potencial baseia-se em ferramentas totalmente automatizadas que permitem aos gestores de crédito detectar qualquer risco de situação de insuficiência colateral.

A avaliação de risco de crédito e a aprovação de crédito é realizada pelo banco e tem o apoio das entidades de risco da CSG beneficiando da sua competência em mercados particulares ou grupos de clientes, tendo o Banco a decisão final sobre o risco de crédito. A avaliação de risco, baseada na análise fundamental e na documentação do empréstimo, é efectuada em conformidade com os padrões do mercado por gestores de crédito com formação em empresas e banca de investimento.

O risco de crédito potencial CLS total a 31 de dezembro de 2017 era de 4.6bil, dos quais 91% de todas as transações estavam classificadas com grau de investimento (BBB- ou melhor). 46% estão directamente ligadas com o CSL e 54% com sucursais do CSL.

Risco de Mercado

O Banco e as suas sucursais não fazem transações por conta própria e só estão a executar transações em títulos, taxas de câmbio e instrumentos financeiros derivados em nome de clientes. As transações comerciais são efectuadas geralmente ou numa agência ou *back-to-back* com limites de risco de mercado baixos (exposição a taxas de câmbio e taxas de juro) para facilitar o aumento de volume de posições de pequenos clientes. No que toca a riscos de taxas de juros, depósitos/empréstimos de mercado monetário, estes são geralmente colocados/financiados com base em concordância de maturidade. Logo, o risco das taxas de juro é relativamente limitado. Para posições que não podem ser enquadradas no mercado, devido ao seu tamanho e/ou gestão eficiente do balanço, foi alocado um limite para o desacerto do mercado monetário de 470mil. Isto

refere-se a um ano de transação de risco equivalente com uma maturidade máxima de um ano que cobre a exposição a acordos de taxa futura e depósitos/empréstimos de mercado monetário. Este limite é apresentado diariamente pela Gestão de Risco de Mercado e Liquidez do Credit Suisse Zurich.

No que toca ao risco cambial ("FX"), a política do Banco é de operar com base na correspondência de moeda. Todas as transações cambiais são monitorizadas através de programas de computador em tempo real. A maior parte dos compromissos em moedas é feito em nome de clientes e por isso o risco cambial é muito limitado. Os limites FX são monitorizados e apresentados diariamente pela Gestão de Risco de Mercado e Liquidez do Credit Suisse Zurich.

Riscos de liquidez

O Conselho de Administração do Banco e a Gestão Autorizada reconhecem que a manutenção de liquidez suficiente é fundamental para uma gestão prudente de um banco. O processo de gestão de liquidez dentro do Banco está plenamente integrado no processo de gestão global de liquidez dentro do Credit Suisse. Este processo reconhece ainda o requisito para que o CSI mantenha uma posição de liquidez dentro das directivas estabelecidas pela Commission de Surveillance du Secteur Financier ("CSSF").

A estratégia de liquidez do Banco tem por objectivo ir ao encontro de todas as suas obrigações contratuais, contingentes e regulatórias tanto nos negócios em curso como habitualmente, assim como em períodos de dificuldades de liquidez e para continuar a prosseguir com as suas atividades por um período considerável sem mudar os seus planos de negócio.

É por isso que o apetite do Banco por risco de liquidez é mínimo e com uma abordagem prudente são aplicados os seguintes princípios de gestão de liquidez:

- Manutenção de um conjunto de ativos isentos de encargos que permite que todas as obrigações contratuais e regulatórias sejam cumpridas tanto em condições normais como em condições de mercado difíceis.
- O Banco opera dentro do modelo de financiamento centralizado do Credit Suisse:
 - O excesso de liquidez é transitado para o Credit Suisse.
 - Se necessário, um financiamento de emergência é fornecido dentro da estrutura de gestão global de liquidez do Credit Suisse.
- O Banco opera dentro do sistema de preços de transferência de fundos concebido para alocar nos negócios todos os custos de financiamento de uma forma que incentiva que façam um uso eficiente do financiamento.
- A negociação de FX e MM só está a ocorrer com entidades do Credit Suisse.

São usadas pelo Banco as seguintes métricas de risco de liquidez: métrica regulatória de liquidez (Liquid Coverage Ratio, “LCR”) e métrica de liquidez interna do CS (Barómetro 2.0 30 Dia e Barómetro 2.0 365 Dia). Ao longo de 2017, o Banco preencheu os requisitos LCR, tendo terminado com um *ratio* de 126, 47% no final de dezembro.

Dentro do Credit Suisse, o Barómetro 2.0 é a ferramenta principal usada para a harmonização da métrica de risco na supervisão do risco de liquidez dentro do Grupo. Fornece uma estrutura de teste de stress, com um aumento significativo na automatização de dados, redução de latência e aumento dos controlos de validação de dados e reconciliação. Mais severos, os testes de stress de liquidez estão conformes à qualidade dos seus pares. A transição do CSL em 2017 para o Barómetro 2.0 permite relatórios semanais da situação de liquidez e contribui desse modo para fortalecer a estrutura de gestão de liquidez. Em dezembro de 2017, o Banco reportou um excesso de liquidez de 0,95bil CHF para 30 Dias e de 2,25bil para 365 Dias.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais estão definidos como risco de perdas que podem surgir devido a processos internos inadequados ou falhados, pessoas e sistemas ou eventos externos. O banco considera da maior importância a eficiência operacional do ambiente de controlo para mitigar riscos operacionais.

Um elemento-chave da estrutura de controlo interno e gestão de risco é o Sistema de Monitorização do Controlo Interno (Monitoring of Internal Control System, “MICOS”). Este sistema é a ferramenta mais importante aplicada por todas as entidades do Credit Suisse para a monitorização da execução atempada e da verificação dos controlos de supervisão.

Proporciona ainda transparência à Administração em assuntos relacionados com o controlo que estão dentro da sua área de responsabilidade. É assim que o MICOS facilita a implementação dos controlos necessários para mitigar e controlar riscos identificados. Os resultados dos controlos efectuados pelos controladores estão documentados no MICOS e são reencaminhados para os superiores dos controladores para avaliação e conhecimento.

O Banco tem também procedimentos sistemáticos em vigor que garantem que todos os incidentes de risco, independentemente do seu impacto financeiro no incidente, são reportados. Todos os incidentes são registados na base de dados “MyIncidents” aplicada tanto a nível local como para o Grupo.

De forma a limitar o número de incidentes e para administrar o negócio com um nível de falhas operacionais baixo, foi estabelecida uma separação de poderes, as regras são formalizadas em procedimentos detalhados e é efectuada uma monitorização de perto e acompanhamento de questões de risco e incidentes.

E ainda, para garantir a continuidade de todos os processos-chave no seguimento de uma interrupção de negócios, existem planos de recuperação após um desastre e de continuidade de negócio.

Risco de conformidade

A função de Conformidade sustenta a Gestão Autorizada do Banco de forma a proteger o Banco e as entidades associadas de uma falha resultante da não-conformidade com circulares CSSF aplicáveis, leis e regulamentações assim como políticas internas. A função independente cobre a monitorização da conformidade com leis e regulamentações aplicáveis, nomeadamente nas áreas de diligência, lavagem de dinheiro, informação privilegiada, transnacionalidade, proteção de investidores, novos negócios, prevenção de fraudes, ou confidencialidade bancária e proteção de dados. A função de Conformidade contribui também para o desenvolvimento de sistemas de controlo interno, para a identificação e gestão dos riscos de conformidade, o estabelecimento de procedimentos de prevenção, e organiza formações de conformidade para garantir que são periodicamente recordados a todos os funcionários os princípios-chave da conformidade, que estes compreendem as suas responsabilidades e que estão actualizados no que toca ao ambiente de regulamentação. Por fim, a função de conformidade age como guardião para avaliar qualquer nova relação que esteja a iniciar-se com o Banco.

Risco Legal

O Departamento Legal supervisiona e gere os litígios civis que envolvam o Banco e aconselha sobre evitar litígios e também em assuntos relacionados com ameaças de litígios e resolução de litígios. É responsável por determinar as reservas necessárias para litígios de acordo com as normas contabilísticas e ainda de avaliar regularmente os riscos financeiros (riscos de passivo e de comissão) em cooperação com assessoria externa e através de consultas com a Gestão Autorizada. Faz a ligação com a assessoria externa para gerir de forma eficiente os processos judiciais pendentes contra o banco; a assessoria externa é selecionada e nomeada especificamente para cada assunto.

Existem 11 processos judiciais relativos ao Credit Suisse (Luxembourg) S.A. e suas sucursais no fim de 2017.

Aquisição de ações próprias

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2017 o Credit Suisse (Luxembourg) S.A. não adquiriu ações próprias.

Aprovação das contas anuais e alocação dos resultados

O lucro para o exercício de 2017 ascende a 16.0mil que deverá ser alocado. Recomendamos que na Assembleia Geral Anual se aprovem as contas apresentadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2017 e que o lucro de 2017 seja alocado às outras reservas da seguinte maneira:

| MCHF | A ser aprovado pela Assembleia Geral Anual | | |
|--|---|------------------------|----------|
| | 31.12.2017 | Lucro 2017 Alocação | Previsão |
| Reserva legal | 23,094 | - | 23,094 |
| Reserva especial em relação ao imposto sobre o património líquido | - | 8,600 | 8,600 |
| Outras reservas | 52,200 | 7,381 | 59,581 |
| Total | 75,294 | 15,981 | 91,275 |

Não se propõe distribuição de dividendos.

Atividades em pesquisa e desenvolvimento

O Credit Suisse (Luxembourg) S.A. não participou em atividades de pesquisa e desenvolvimento durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2017.

Eventos importantes desde o fim do exercício

Não temos conhecimento de nenhum desenvolvimento que influenciasse materialmente as contas anuais de 2017 ou que justificasse algum acerto das contas anuais do Banco para 2017.

Perspectiva

Em 2018 o Banco continuará a focar-se nas suas atividades principais:

- Desenvolver mais as atividades das sucursais e impulsionar a proximidade com os clientes

- Focar-se na cobertura directa dos mercados europeu e estratégicos a partir do Luxemburgo
- Desenvolver atividades de Gestores de Ativos Externos na Europa
- Servir clientes particulares de elevado património (UHNW) e *Family offices* através da estruturas dedicadas (Financiamentos *Private Label*)
- Impulsionar as relações com Empresas & Instituições, sobretudo como intermediário para grandes empresas suíças que procurem exposição no mercado europeu.

Continuaremos a usar os nossos pontos fortes que resultam da oferta global, do modelo de negócio integrado, de um ambiente de trabalho que promove o talento e as iniciativas de liderança da indústria no que toca à oferta de produtos e serviços do nosso Banco. Estamos empenhados em continuar com a nossa abordagem confirmada para um ambiente de negócio rentável e em procurar de forma proativa encontrar medidas rentáveis. Paralelamente, continuamos a avaliar e ajustar os nossos planos estratégicos de forma a estimular o crescimento — onde existir potencial e para mitigar — quando os planos se desviarem dos objetivos.

Ao colher os benefícios da reestruturação e do realinhamento estratégico implementados em 2017, temos por objetivo fortalecer mais ainda o papel do Luxemburgo como um centro europeu para o negócio de Gestão de Fortunas do Credit Suisse Internacional. Impulsionando a nossa rede global, as nossas fortes capacidades de gestão de investimentos e de empréstimos, temos o objectivo de continuar a atrair clientes que procuram as especificidades das ofertas do Luxemburgo — ainda mais relevante num ambiente pós-Brexit — focando-nos em particular em necessidades complexas (UHNWI, *Family office*, grandes famílias empreendedoras).

Por fim, iremos continuar a melhorar a experiência do cliente na nossa plataforma através da continuação do alinhamento dos processos aos requisitos do nosso *Front-Office* e da satisfação dos nossos clientes. Ao simplificar as interações-chave com o cliente e melhorar os pontos de contacto regulares (acesso digital, *reporting*), ambicionamos oferecer ao cliente um maior nível de interação com as nossas equipas de especialistas, sobretudo numa relação de consultor de confiança.

Conselho de Administração

No exercício de 2017, o Conselho de Administração era composto pelos seguintes membros:

Yves Maas

CEO até 31 de Janeiro de 2017 e Chairman do Conselho de Administração desde 1 de fevereiro de 2017

Stéphane Herrmann

CEO desde 1 de fevereiro de 2017

Theis Karlheinz Wenke

Segundo Tesoureiro, CFO Suíça

Dominik Münchbach

Diretor de External Asset Manager Swiss Universal Bank

Andre Helfenstein

Director de Corporate & Institutional clients Swiss Universal Bank

Beat Spühler

Membro externo do conselho

Hans-Jörg Turtschi

Membro externo do conselho

André Prüm

Membro externo do conselho

Gestão Autorizada

Durante o exercício de 2017 a Gestão Autorizada do Banco reconhecida pela CSSF nos termos do Artigo 7(2)^o da Lei de 5 de abril de 1993 (princípio dos “quatro olhos”) era composto por:

Yves Maas

CEO, Diretor Geral até 31 de janeiro de 2017

Stéphane Herrmann

CEO, Diretor Geral desde 1 de fevereiro de 2017

Philippe Bernard

CFO, Diretor

Alain Weber

CRO, Diretor Geral desde 21 de março de 2017

Yiping Li

COO, Diretor desde 3 de outubro de 2017

Pessoal

No final do ano, o número de funcionários no Luxemburgo, Áustria, França, Portugal, Holanda e Irlanda ascendia a 407 (2016: 418). Queremos agradecer ao nosso pessoal pelo seu empenho, profissionalismo e incansável paixão pelos nossos clientes.

Luxemburgo, 28 de março de 2018

Credit Suisse (Luxembourg S.A.)

Stéphane Herrmann

Chief Executive Officer

Diretor Geral

Alain Weber

Chief Risk Officer

Diretor Geral

Yiping Li

Chief Operating Officer

Diretor

Philippe Bernard

Chief Financial Officer

Diretor

Relatório do Revisor Oficial de Contas

Ao Conselho de Administração do
CREDIT SUISSE (LUXEMBOURG) S.A.
5, rue Jean Monnet
L-2010 Luxembourg

Relatório sobre as contas anuais

Parecer

Efectuámos uma auditoria às contas anuais do CREDIT SUISSE (LUXEMBOURG) S.A. (o “Banco”), que é composto pelo balanço, e demonstração de resultados relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2017, e anexos às contas anuais, incluindo um resumo das políticas contabilísticas mais relevantes.

Em nossa opinião, as contas anuais proporcionam uma imagem fiel e verdadeira da posição financeira do Banco. à data de 31 de dezembro de 2017, bem como dos resultados das suas operações relativas ao exercício findo nessa data em conformidade com os requisitos legais e regulamentares do Luxemburgo relativos à preparação e apresentação das contas anuais.

Bases para o nosso parecer

A nossa auditoria foi efectuada em conformidade com o Regulamento da UE N° 537/2014, a Lei de 23 de julho de 2016 dos profissionais de relatórios oficiais de contas (“Lei de 23 de julho de 2016”) e segundo as normas internacionais sobre auditoria (*International Standards on Auditing*, “ISAs”) tal como foram adoptadas pelo Luxemburgo pela “Comission de Surveillance du Secteur Financier” (“CSSF”). As nossas responsabilidades, segundo a Regulamentação N° 537/2014, a Lei de 23 de julho de 2016 e os ISAs, estão descritas mais abaixo na secção “Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas para a auditoria de contas anuais” do nosso relatório. Somos independentes do Banco em conformidade com Código de Ética do IESBA (“Código IESBA”) tal como foi adoptado para o Luxemburgo pelo CSSF juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria das contas anuais, e cumprimos com as nossas outras responsabilidades éticas ao abrigo desses requisitos. Acreditamos que os indícios obtidos são adequados e suficientes para servirem de base ao nosso parecer de auditoria.

Assuntos-chave da auditoria

Os assuntos-chave da auditoria são os assuntos que, na nossa opinião profissional, foram de maior relevância para a nossa auditoria das contas anuais do exercício apresentado. Estes assuntos foram abordados no contexto da auditoria das contas anuais como um todo, e ao formar a nossa opinião sobre as mesmas, e não fornecemos uma opinião em separado sobre esses assuntos.

Imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes

(3,935 mil milhões CHF)

O portfolio de empréstimos e adiantamentos a clientes ascende a 3,935 mil milhões CHF à data de 31 de dezembro de 2017. Estes empréstimos e adiantamentos são mensurados pelo custo, deduzida a provisão para riscos de crédito. Os empréstimos e adiantamentos são concedidos sob a forma de crédito a descoberto e empréstimos com garantias (3,103 mil milhões CHF) ou créditos hipotecários a clientes privados (349 milhões CHF) e ainda empréstimos corporativos a clientes institucionais (483 milhões CHF). Os elementos extra-patrimoniais como compromissos e passivos contingentes ascendem a 606 milhões CHF.

Alguns aspetos dos riscos de crédito requerem um julgamento significativo por parte da gestão autorizada, como é o caso da identificação de empréstimos a deteriorar-se, a avaliação de indícios objetivos de imparidade, o valor dos colaterais e a estimativa da quantia recuperável.

Devido à importância dos empréstimos e adiantamentos a clientes e a estimativa de incerteza relacionada, consideramos como sendo assunto-chave da auditoria a valorização das hipotecas e as correções de valor dos empréstimos corporativos. As provisões para a valorização dos empréstimos em hipotecas e empréstimos corporativos, incluindo juros, aumentou 6,2 milhões CHF durante o exercício e ascendem a 10.6 milhões à data de 31 de dezembro de 2017.

Consultar a nota 2.2 e as divulgações relacionadas na nota 3.2 no parágrafo “Divulgação da gestão de riscos relacionada com riscos de crédito” das contas anuais.

Como a nossa auditoria incide sobre a área

A abordagem da nossa auditoria incluiu testes tanto à eficácia dos controlos internos com foco em controlos-chave em torno da determinação de provisões para riscos de crédito, como a outros procedimentos importantes de auditoria.

Testámos a concepção, implementação e eficácia dos controlos operacionais chave para determinar que hipotecas e empréstimos corporativos e adiantamentos estão em imparidade e as provisões para esses ativos. Isto inclui os testes de controlos relacionados com:

- a aprovação de novos empréstimos e garantias e a precisão dos dados do empréstimo.
- a monitorização e divulgação de riscos de crédito,
- a aprovação de *ratings* de risco de empréstimo,
- a precisão dos dados das garantias e da valorização das garantias,
- a aprovação de políticas e metodologias para cálculos da rubrica e
- a identificação atempada de imparidade e cálculos de imparidade, abates, incumprimentos e lista de negra de empréstimos.

Testámos uma amostragem de empréstimos e adiantamentos para averiguar se o evento gerador de perdas (momento no tempo em que se reconhece a imparidade) tinha sido identificado atempadamente incluindo, quando relevante, como tinha sido considerada a reestruturação de crédito.

Quando se verificou imparidade, examinámos a valorização do negócio preparada pela gestão autorizada para confirmar o cálculo da imparidade, questionando os pressupostos através das nossas expectativas com base no nosso conhecimento do Banco e experiência na indústria onde opera e comparando as estimativas com indícios externos sempre que disponíveis.

Examinámos uma amostragem de empréstimos e adiantamentos que não tinham sido identificados pela gestão autorizada como estando possivelmente em imparidade e formámos a nossa opinião sobre se eram ou não apropriados usando inclusivamente indícios externos no que toca às contrapartes relevantes.

Outras informações

O Conselho de Administração é responsável pela apresentação de outras informações. A expressão “outras informações” abrange as informações incluídas no relatório de gestão mas não inclui as contas anuais e o nosso relatório de Revisor Oficial de Contas anexo.

O nosso parecer sobre as contas anuais não abrange as outras informações e não efetuamos qualquer tipo de garantia sobre as mesmas.

Devido à auditoria efetuada sobre as contas anuais, é da nossa responsabilidade ler as outras informações e, ao fazê-lo, considerar se essas informações são materialmente inconsistentes com as contas anuais ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparentam, de outra forma, ser materialmente incorretas. Caso, com base no trabalho desenvolvido, se chegue à conclusão de que existe um erro material nessas outras informações, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar relativamente a esta questão.

Responsabilidades do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação fiável das presentes contas anuais em conformidade com os requisitos legais e regulamentares do Luxemburgo relativos à preparação de contas anuais, bem como pelo controlo interno que o Conselho de Administração considere necessário para uma elaboração das contas anuais isentas de distorções materiais seja por fraude ou por erro.

Na preparação das presentes contas anuais, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de prosseguir em continuidade, divulgando, quando aplicável, assuntos relacionados com a continuidade e usando o princípio de continuidade excepto quando o Conselho de Administração pretende liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tem outra alternativa realista disponível.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

Os objetivos da nossa auditoria são de obter uma garantia razoável sobre se as contas anuais no seu todo não apresentam distorções materiais, por motivos de fraude ou erro, e de emitir um relatório de Revisor Oficial de Contas que inclua a nossa opinião. Garantia razoável significa um elevado grau de garantia, mas não é uma garantia de que a auditoria levada a cabo em conformidade com o Regulamento da UE N° 537/2014, a Lei de 23 de julho de 2016 e os ISAs tal como foram adoptados para o Luxemburgo pelo CSSF vá sempre detectar distorções materiais quando presentes. As distorções podem ocorrer por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no seu todo, se possa esperar razoavelmente que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas presentes contas anuais.

Como parte da auditoria e em conformidade com o Regulamento da UE N° 537/2014, a Lei de 23 de julho de 2016 e os ISAs tal como foram adoptados para o Luxemburgo pelo CSSF, exercemos o nosso juízo profissional e mantemos um cepticismo profissional ao longo da auditoria. E ainda:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções materiais das contas anuais por motivo de fraude ou erro, concebemos e efectuamos procedimentos de auditoria que respondem a esses riscos, e obtemos indícios de auditoria que são suficientes e apropriados para fornecer uma base para a nossa opinião. O risco de não detectarmos uma distorção material resultante de fraude é mais elevado do que resultante de erro, pois fraude pode envolver cumplicidade, falsificação, omissões intencionais, deturpações, ou contorno do controlo interno.
- Obter um entendimento do controlo interno relevante para a auditoria de forma a conceber procedimentos de auditoria adequados para as circunstâncias, mas não para se dar uma opinião sobre a eficiência do controlo interno do Banco.
- Avaliar a adequação do uso feito pelo Conselho de Administração do princípio de continuidade e com base nos indícios de auditoria obtidos, se existe alguma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam criar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco de manter a continuidade. Se concluirmos que existe incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção no nosso relatório do Revisor Oficial de Contas para as divulgações relacionadas com a incerteza nas contas anuais ou, se as divulgações não forem adequadas, alterar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas nos indícios de auditoria obtidos

até à data do nosso relatório do Revisor Oficial de Contas. No entanto, eventos futuros ou condições podem levar o Banco a cessar a continuidade.

- Avaliar a apresentação geral, estrutura e conteúdo das contas anuais, incluindo as divulgações, e se as contas anuais representam as transações subjacentes e eventos de modo a que a apresentação seja apropriada.

Comunicamos com os responsáveis pela gestão no que toca, entre outros assuntos, ao âmbito planeado e calendarização da auditoria e sobre resultados da auditoria considerados relevantes, incluindo qualquer lacuna no controlo interno que possamos identificar durante a nossa auditoria.

Fornecemos ainda aos responsáveis pela gestão uma declaração de que agimos em conformidade com os requisitos éticos relevantes no que toca à independência, e para lhes comunicarmos todas as relações e outros assuntos que possam ser razoavelmente ser considerados uma influência sobre a nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

Entre os assuntos que foram comunicados aos responsáveis pela gestão, determinámos quais os assuntos que tiveram maior significado na auditoria das contas anuais do referido exercício e que por esse motivo são considerados assuntos-chave da auditoria. Descrevemos esses assuntos no nosso relatório excepto quando a lei ou regulamentação impedem a divulgação pública do assunto.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

Fomos nomeados Revisor Oficial de Contas pela Assembleia Geral do Conselho de Administração a 21 de março de 2017 e a duração do nosso compromisso ininterrupto, incluindo renovações e renomeações, é de 20 anos.

O relatório de gestão é consistente com as contas anuais e foi elaborado em conformidade com os requisitos legais aplicáveis.

Confirmamos que os serviços distintos da revisão de contas proibidos pelo Regulamento da UE N° 537/2014, sobre os profissionais de auditoria não foram prestados e que continuamos a ser independentes do Banco na realização da auditoria.

Acrescenta-se que para além dos serviços de revisão oficial de contas, que não foram divulgados nas contas anuais, foram prestados ao Banco e às suas empresas controladas:

- Assistência no preenchimento das declarações fiscais para o ano de 2017 para o Credit Suisse Courtage S.A..

Luxemburgo, 5 de Abril de 2018

KPMG Luxembourg
Société coopérative
Gabinete de revisores oficiais de contas

P. Schanz

Balanço à data de 31 de dezembro de 2017

| ATIVOS | Notas | 31.12.2017 CHF | 31.12.2016 CHF |
|---|--------------|---------------------------|---------------------------|
| Numerário, saldos em bancos centrais e bancos postais | 3.1, 3.2 | 940,448,450 | 646,777,404 |
| Créditos e adiantamentos a instituições de crédito | 3.1, 3.2 | | |
| a) reembolsáveis à vista | | 420,877,043 | 438,791,362 |
| b) outros créditos e adiantamentos | | <u>2,430,415,225</u> | <u>2,937,593,113</u> |
| | | 2,851,292,268 | 3,376,384,475 |
| Créditos e adiantamentos a clientes | 3.1, 3.2 | 3,935,034,753 | 3,610,969,372 |
| Ações em empresas associadas | 3.3, 3.9 | 57,008 | 50,000 |
| Ativos intangíveis | 3.4, 3.9 | 301,066 | 531,204 |
| Ativos tangíveis | 3.5, 3.9 | 12,986,113 | 14,530,124 |
| Outros ativos | 3.1, 3.6 | 23,644,086 | 18,519,937 |
| Pagamentos antecipados e rendimento acumulado | 3.7 | 20,160,295 | 23,244,095 |
| Total de ativos | | 7,783,924,039 | 7,691,006,611 |

PASSIVOS

| | | | |
|--|----------|----------------------|--------------------|
| Débitos a instituições de crédito | 4.1 | | |
| a) reembolsáveis à vista | | 218,581,394 | 152,159,207 |
| b) com prazo ou com pré-aviso | | <u>1,168,833,828</u> | <u>369,679,340</u> |
| | | 1,387,415,222 | 521,838,547 |
| Débitos a clientes | 4.1 | | |
| Outros débitos | | | |
| a) reembolsáveis à vista | | 5,543,300,707 | 5,982,530,706 |
| b) com prazo ou com pré-aviso | | <u>378,970,718</u> | <u>732,986,106</u> |
| | | 5,922,271,425 | 6,715,516,812 |
| Outros passivos | 4.1, 4.2 | 14,782,372 | 17,581,758 |
| Acréscimos e diferimentos | 4.3 | 38,359,370 | 33,889,492 |
| Provisões | | | |
| a) provisões para pensões e obrigações equiparadas | 4.4 | 17,011,422 | 15,098,583 |

| | | | |
|----------------------------|-----|----------------------|----------------------|
| b) provisões para impostos | | 7,943,924 | 2,552,986 |
| c) outras provisões | 4.5 | <u>10,384,792</u> | <u>14,754,110</u> |
| | | 35,340,138 | 32,450,679 |
| Passivos subordinados | 4.6 | 36,000,000 | 36,000,000 |
| Capital subscrito | 4.7 | 230,936,000 | 230,936,000 |
| Prémio de emissão | 4.7 | 27,543,954 | 27,543,954 |
| Reservas | 4.7 | 75,294,369 | 84,151,235 |
| Resultado do exercício | | 15,981,189 | (8,856,866) |
| TOTAL DO PASSIVO | | 7,783,924,039 | 7,691,006,611 |

RUBRICAS EXTRA-PATRIMONIAIS

| | | | |
|---|----------|-------------|-------------|
| Passivos contingentes | 3.2, 5.1 | 85,368,259 | 87,883,284 |
| dos quais: garantias e ativos dados como garantia | | 85,368,259 | 87,883,284 |
| Compromissos | 3.2, 5.2 | 606,261,822 | 899,317,484 |
| Operações fiduciárias | 5.3 | 158,571,066 | 482,905,722 |

Demonstração de resultados
relativa ao exercício findo a 31 de dezembro de 2017

| | Notas | 2017 CHF | 2016 CHF |
|---|--------------|---------------------|---------------------|
| Juros a receber e proveitos equiparados | 6.1 | 82,566,889 | 56,271,497 |
| Juros Negativos a receber | 6.1 | (8,043,610) | (11,109,200) |
| Juros e custos equiparados | 6.2 | (24,244,219) | (9,764,277) |
| Juros Negativos a liquidar | 6.2 | 7,899,176 | 6,223,124 |
| Comissões a receber | 6.3 | 122,605,515 | 112,017,232 |
| Comissões a liquidar | 6.4 | (14,691,240) | (14,582,844) |
| Perdas líquidas de operações financeiras | 6.5 | (12,346,319) | (9,576,363) |
| Outros proveitos operacionais | 6.6 | 11,172,740 | 15,757,703 |
| Despesas administrativas gerais | | (122,234,445) | (137,368,468) |
| a) encargos com pessoal | | (72,055,833) | (75,234,406) |
| dos quais: | | | |
| — salários e vencimentos | | (55,869,237) | (55,349,568) |
| — custos com segurança social | | (10,002,798) | (13,260,745) |
| dos quais: custos com a segurança social relativos a pensões | | (4,710,252) | (4,241,419) |
| b) outras despesas administrativas | | (50,178,612) | (62,134,062) |
| Ajustes de valores relativos a ativos tangíveis e intangíveis | 3.9 | (2,852,936) | (2,981,809) |
| Outros encargos operacionais | 6.7 | (11,123,932) | (4,844,042) |
| Ajustes de valores relativos a créditos concedidos e provisões para passivos contingentes e para compromissos | 6.8 | (6,192,651) | (4,495,177) |
| Imposto sobre resultados em atividades ordinárias | | (4,168,279) | (802,951) |
| Resultados em actividades ordinárias depois de impostos | | 18,373,689 | (5,255,575) |
| Outros impostos não apresentados nas rubricas anteriores | 6.9 | (2,392,500) | (3,601,291) |
| Resultado do exercício | | 15,981,189 | (8,856,866) |

Anexos às contas anuais relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2017

1. Geral

O CREDIT SUISSE (LUXEMBOURG) S.A. ("o Banco") foi constituído a 28 de janeiro de 1974 como sociedade de responsabilidade limitada em conformidade com as leis do Luxemburgo. Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2002, o Banco foi fundido com o Banque Leu (Luxembourg) S.A. ("Banque Leu"). Ao abrigo da lei luxemburguesa, o Banco está autorizado a efetuar todas as operações bancárias e, desde 17 de dezembro de 2014, a desenvolver a atividade de corretor de seguros através de pessoas singulares licenciadas para esse efeito. As suas principais atividades centram-se nos serviços da banca privada, de depósito para fundos de investimento administrados pelo Credit Suisse Fund Services (Luxembourg) S.A. ("CSFS") e financiamento a empresas.

O Banco possui as seguintes sucursais:

| Países | Sucursais | Datas de constituição |
|---------------|------------------|------------------------------|
| Áustria | Viena, Salzburgo | 15 de janeiro de 2007 |
| Portugal | Lisboa | 19 de março de 2013 |
| Grécia | Atenas | 24 de abril de 2013 |
| França | Paris | 6 de fevereiro de 2015 |
| Países Baixos | Amesterdão | 1 de abril de 2016 |
| Irlanda | Dublin | 8 de setembro de 2017 |

A antiga sucursal Grega cessou operações a 31 de março de 2017.

Em conformidade com o artigo 83 (1) da lei alterada de 17 de junho de 1992, o Banco está dispensado do requisito de preparar contas consolidadas e um relatório de gestão consolidada.

O Credit Suisse AG, Zurique é o acionista único do Credit Suisse (Luxembourg) S.A..

As contas consolidadas do Credit Suisse AG, Zurique, que constitui a entidade mais pequena de participações nas quais se inclui o Banco, estão disponíveis no seguinte endereço: Credit Suisse, CIDM 23, Postfach 100, CH - 8070 Zurique.

Enquanto subsidiária, o Banco também se encontra incluído nas contas consolidadas do Credit Suisse Group AG, Zurique. As contas consolidadas do Credit Suisse Group AG, Zurique, que constitui a maior entidade das participações nas quais se inclui o Banco enquanto subsidiária, também se encontram disponíveis no endereço acima mencionado.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas do Banco encontram-se em conformidade com os regulamentos vigentes no Grão Ducado do Luxemburgo e, mais especificamente, com a lei alterada de 17 de junho de 1992 relativa as contas anuais e consolidadas de instituições de crédito.

Os adiantamentos a filiais foram reclassificadas de “Contas de regularização do ativo” para “Outros ativos” no exercício findo a 31 de dezembro de 2016 para garantir a compatibilidade dos valores com o exercício findo a 31 de dezembro de 2017.

2.1. Empréstimos e adiantamentos

Os empréstimos e adiantamentos são divulgados de acordo com o respetivo valor nominal. Os juros acrescidos não vencidos encontram-se registados em "Contas de regularização do ativo" no lado dos ativos do balanço.

É política do Banco estabelecer normas específicas para cobrir o risco de perda e de não recuperação de devedores.

2.2. Ajustes de valores relativos a créditos concedidos

Os ajustes específicos ao valor de empréstimos individuais dos quais o Banco considere a recuperação incerta, são registados como uma dedução aos ativos a que dizem respeito e não serão mantidos caso as razões pelas quais foram registados deixem de existir. São registados na mesma moeda que os ativos a que dizem respeito.

2.3. Participações e ações em empresas associadas

Os valores mobiliários transferíveis incluídos em "Participações" e "Ações em empresas associadas" são todos valores mobiliários não cotados.

As participações e ações em empresas associadas detidas como ativo fixo são valorizadas ao preço de compra. As correções de valor das participações e de ações em empresas associadas são efetuadas quando se considere que existe uma diminuição permanente do valor.

2.4. Ativos intangíveis e tangíveis

Os ativos intangíveis e tangíveis são incluídos ao preço de compra, ao qual são subtraídas as depreciações acumuladas. Existe uma depreciação destes ativos ao longo da respetiva vida útil

expectável. As taxas e métodos de depreciação são os seguintes:

| | Taxa de depreciação | Método |
|---|----------------------------|---------------|
| Ativos intangíveis | | |
| Software | 20%, 25%, 33% | linear |
| Ativos tangíveis | | |
| Edifícios | 1,5%, 2.5% | linear |
| Instalações e acessórios | 10%, 20% | linear |
| PCs | 33% | linear |
| Equipamento de escritório | 25% | linear |
| Outros ativos tangíveis, equipamento EDP | 20%, 25% | linear |

Os equipamentos e acessórios com um custo inferior a 870 EUR (1,016 CHF) ou cuja vida útil expectável não exceda o ano são contabilizados diretamente na conta de demonstração de resultados do exercício.

2.5. Preço de compra de ativos fungíveis

O Banco valoriza os ativos fungíveis através do método de custo médio ponderado.

2.6. Conversão de moeda estrangeira

O capital social do Banco é expresso em francos suíços (CHF).

Os ativos fixos seguintes são convertidos à taxa histórica: participações, ações em empresas associadas em ativos fixos bem como em ativos tangíveis e intangíveis não abrangidos por uma transação à vista ou a prazo.

Todos os outros ativos e passivos expressos numa moeda diferente de CHF são registados na respetiva moeda e convertidas para CHF à taxa de câmbio vigente à data do balanço.

Os proveitos e encargos expressos em moedas estrangeiras são diariamente convertidos em CHF à taxa de câmbio em vigor. Perdas em moeda estrangeira que advenham destes princípios de valorização são indicadas na demonstração de resultados.

As posições à vista ("spot") cobertas por transações a prazo, bem como as transações a prazo

cobertas por negócios à vista são consideradas neutras em relação às flutuações cambiais. Qualquer diferença de valorização que possa surgir é neutralizada de forma a que os resultados do exercício não sejam afetados.

As operações a prazo não cobertas são valorizadas individualmente com base nas taxas de câmbio a prazo aplicáveis à data do balanço. Os lucros de revalorização não realizados não são reconhecidos até ao vencimento da transação em causa, sendo que é definida uma provisão relativamente a quaisquer perdas de revalorização não realizadas. Esta provisão é incluída no lado da passivo do balanço em "Provisões: outras provisões".

As informações financeiras das sucursais que tenham uma moeda funcional e de apresentação diferente do CHF são convertidas em CHF no âmbito das contas anuais do Banco, utilizando os seguintes princípios:

- Os ativos e passivos são convertidos em CHF à taxa de câmbio em vigor à data do balanço.
- Os rendimentos e despesas são convertidos em CHF à taxa de câmbio em vigor à data do balanço.
- As reservas no início do período são convertidas em CHF utilizando taxas de câmbio históricas. A diferença entre a conversão das taxas de câmbio à data do balanço e históricas é contabilizada na demonstração de resultados.

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas de forma a abrangerem as perdas ou passivos cuja natureza está claramente definida e cuja ocorrência é certa ou provável à data do balanço, mas cujo valor ou data em que serão incorridas não são certos.

2.8. Instrumentos financeiros derivados

Os compromissos do Banco decorrentes de instrumentos financeiros derivados são registados à data da transação como elementos fora do balanço.

Não são realizadas avaliações individuais nos casos em que um instrumentos financeiro abrange especificamente um ativo ou um passivo e é estabelecida uma unidade económica e onde um instrumento financeiro é coberto por uma transação reversível de forma a que não exista uma posição em aberto.

Os swaps de taxas de juro só são concluídos para outros fins que não a negociação, pelo que são registados ao seu valor nominal fora do balanço.

Os prémios obtidos através de opções compradas ou vendidas são contabilizados,

respetivamente, em "outros ativos" e "outros passivos". As opções (sobre títulos, índices, taxas de juros e taxas de câmbio) são principalmente realizadas em nome dos clientes para outros fins não comerciais e cobertas pelas transações subjacentes. Por essa razão, os prêmios são inicialmente registados ao custo e subsequentemente avaliados ao valor do mercado sem que isso tenha um impacto na demonstração de resultados quando se relacionam exclusivamente com transações *back to back*.

Os contratos derivados em divisas (swaps, transações definitivas, opções e futuros financeiros) são geralmente efetuados em nome dos clientes e cobertos pelas transações subjacentes.

Findo o exercício e quando necessário é definida uma provisão relativa a perdas individuais não realizadas resultantes da reavaliação dos compromissos do Banco ao valor de mercado. Esta provisão é incluída no lado do passivo do balanço em "Provisões: outras provisões". Os ganhos não realizados que advenham desta reavaliação não são reconhecidos.

3. Divulgações detalhadas relativas a rubricas do ativo

3.1. Principais instrumentos financeiros de atividades não comerciais

A tabela seguinte apresenta uma análise do montante a transportar relativo a ativos financeiros não comerciais do Banco para os agrupamentos de vencimento relevantes com base nos períodos de reembolso remanescentes.

| 31 de dezembro de 2017 MCHF | Menos de três meses | Entre três meses e um ano | Entre um ano e cinco anos | Mais de cinco anos | Total |
|--|------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-----------------------|------------------|
| Ativos financeiros | | | | | |
| Numerário, saldos com bancos centrais e bancos postais | 940,448 | - | - | - | 940,448 |
| Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito | 2,775,102 | 52,329 | 19,773 | 4,088 | 2,851,929 |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 3,117,745 | 317,830 | 191,411 | 308,049 | 3,935,035 |
| Outros ativos | 23,644 | - | - | - | 23,644 |
| | 6,856,939 | 370,159 | 211,184 | 312,137 | 7,750,419 |

| 31 de dezembro de 2016 MCHF | Menos de três meses | Entre três meses e um ano | Entre um ano e cinco anos | Mais de cinco anos | Total |
|--|------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-----------------------|------------------|
| Ativos financeiros | | | | | |
| Numerário, saldos com bancos centrais e bancos postais | 646,777 | - | - | - | 646,777 |
| Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito | 3,357,130 | 12,805 | 2,687 | 3,762 | 3,376,384 |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 2,870,485 | 233,118 | 225,786 | 281,580 | 3,610,969 |
| Outros ativos | 18,520 | - | - | - | 18,520 |
| | 6,892,912 | 245,923 | 228,473 | 285,342 | 7,652,650 |

- Os empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito incluem 2,771,434 MCHF (2016: 3,094,203 MCHF) devidos por participações em associadas.
- Os empréstimos e adiantamentos a clientes devidos por empresas associadas correspondem a 2,800 MCHF (2016: 3,379 MCHF).
- Outros ativos incluem prémios de opções compradas com um justo valor de 710 MCHF (2016: 1,660) MCHF e quatro (2016: cinco) opções de venda adquiridas a duas entidades associadas por um prémio total de 858 MCHF (2016: 3,379 MCHF) que são avaliadas em 751 MCHF à data de 31 de dezembro de 2017 (2016: 3,061 MCHF) (consultar também as notas 3.6 e 4.2).

3.2. Divulgação da gestão de riscos relacionada com o risco de crédito

A exposição ao risco de crédito pode ser analisada da seguinte forma:

| 31 de dezembro de 2017 MCHF | Exposição ao risco | Garantia | Exposição ao risco líquida |
|--|-----------------------|------------------|-------------------------------|
| Principais ativos financeiros | | | |
| Numerário, saldos com bancos centrais e bancos postais | 940,448 | - | 940,448 |
| Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito | 2,851,292 | - | 2,851,292 |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 3,935,035 | 3,380,670 | 554,365 |
| Garantias | 85,368 | - | 85,368 |
| Compromissos | 606,262 | - | 606,262 |
| Instrumentos financeiros derivados | 33,052 | - | 33,052 |
| Total | 8,451,457 | 3,380,670 | 5,070,787 |

| 31 de dezembro de 2016 MCHF | Exposição ao risco | Garantia | Exposição ao risco líquida |
|--|-----------------------|------------------|-------------------------------|
| Principais ativos financeiros | | | |
| Numerário, saldos com bancos centrais e bancos postais | 646,777 | - | 646,777 |
| Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito | 3,376,384 | - | 3,376,384 |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 3,610,969 | 2,588,412 | 1,022,557 |
| Garantias | 87,883 | - | 87,883 |
| Compromissos | 952,588 | - | 952,588 |
| Instrumentos financeiros derivados | 34,815 | - | 34,815 |
| Total | 8,709,418 | 2,588,412 | 6,121,005 |

3.2. Divulgação da gestão de riscos relacionada com o risco de crédito (continuação)

A garantia do crédito e adiantamentos a clientes é calculada através do método de requisitos para grandes riscos.

A exposição máxima aos instrumentos derivados é igual aos justos valores positivos.

Risco de crédito

O Banco está sujeito ao risco de crédito através das suas atividades de empréstimo e cobertura e nos casos em que atue como intermediário em nome de clientes ou de terceiros ou quando emita garantias.

O risco de que as contrapartes de instrumentos derivados ou outros possam entrar em incumprimento das suas obrigações é monitorizado de forma contínua. Para gerir o nível de risco de crédito, o Banco trabalha apenas com instituições associadas especializadas ou contrapartes com uma boa classificação de crédito.

A principal exposição do Banco ao risco de crédito resulta do crédito concedido. Os créditos sobre instituições de crédito são principalmente atribuídos a empresas associadas, os créditos sobre clientes referem-se principalmente a créditos com garantias.

Os créditos com garantias são concedidos a clientes principalmente com base em ativos líquidos e também em hipotecas. Estes ativos são valorizados em conformidade com os requisitos do Credit Suisse Group.

O Banco concede empréstimos a grandes clientes empresariais para as atividades na Europa ou para as suas atividades de exportação enquadradas por agências de exportação governamentais. A 31 de dezembro de 2017, o montante destes créditos ascendia a 483,399 MCHF (2016: 477,380 MCHF).

Desde 2015 e da criação da sucursal de França, o Banco também concede crédito hipotecário, cujo montante ascendia a 349,045 MCHF a 31 de dezembro de 2017 (2016: 297,898 MCHF).

O total em termos geográficos da concentração de riscos, tanto patrimoniais como extra patrimoniais é apresentado na tabela abaixo.

| MCHF | 31.12.2017 | | 31.12.2016 | |
|-------------|-------------------------------|---------------|-------------------------------|---------------|
| | Montante contabilizado | % | Montante contabilizado | % |
| Luxemburgo | 2,398,166 | 28.38 | 2.032.426 | 23.34 |
| Zona A | 6,008,406 | 71.09 | 6,579,192 | 75.54 |
| Zona B | 44,885 | 0.53 | 97,800 | 1.12 |
| | 8,451,457 | 100.00 | 8,709,418 | 100.00 |

Os valores refletidos nas tabelas representam a perda contabilística máxima reconhecida na data do balanço caso as contrapartes deixassem completamente de cumprir o contratado e qualquer caução ou garantia demonstrasse não ter qualquer valor. Os montantes, portanto, excedem em grande medida as perdas previstas, que são incluídas na rubrica de incobrabilidade.

É política do Banco exigir que a garantia adequada seja fornecida por determinados clientes antes do pagamento dos empréstimos aprovados. As garantias e cartas de crédito também se encontram sujeitas a avaliações de crédito rigorosas antes da concessão dos créditos.

As cauções de empréstimos, garantias e cartas de crédito assumem geralmente a forma de numerário, ativos financeiros ou outros bens. Até ao momento, o Banco não teve qualquer dificuldade em aceder às garantias quando necessário.

A pedido do Banco, a CSSF aprovou a isenção total de riscos incorridos pelo Credit Suisse Group relativamente à exposição a grandes riscos em conformidade com a Parte XVI, ponto 24 da deliberação 06/273 tal como foi subseqüentemente alterada e posteriormente substituída pelo Artigo 400.2 do Regulamento da UE 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito ("CRR").

3.3. Ações em participadas associadas

No final do exercício, o Banco era proprietário das seguintes ações não cotadas em empresas associadas:

| Nome | % | Montante contabilizado MCHF | Capital líquido a 31 de dezembro 2017 MEUR | Resultados de 2016 MEUR | Dividendos pagos em 2016 MEUR |
|---|------|--------------------------------|---|----------------------------|----------------------------------|
| CREDIT SUISSE COURTAGE S.A. | 100% | 50 | 447 | 243 | - |
| Credit Suisse Global Services (France) G.I.E. | 50% | 7 | 12 | - | - |

3.4. Ativos intangíveis

Esta rubrica consiste em software num montante de 301 MCHF (2016: 531 MCHF).

3.5. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis abrangem os ativos utilizados nas atividades próprias do Banco, principalmente em melhorias em imóveis arrendados e a mobiliário e equipamentos num montante de 10,680 MCHF (2016: 12,189 MCHF) e a um ativo imobiliário para venda resultante do processo de execução de um empréstimo hipotecário no montante de 2,306 MCHF (2016: 2,341 MCHF).

3.6. Outros ativos

Os outros ativos são analisados da seguinte forma:

| | 31.12.2017 MCHF | 31.12.2016 MCHF |
|---|----------------------------------|----------------------------------|
| Cupões a receber | 13,077 | 7,451 |
| Outras dívidas a receber a curto prazo | 8,367 | 8,614 |
| Prémios de opções adquiridas em nome de ou a clientes | 1,057 | 1,660 |
| Prémios de opções adquiridas* | 107 | 318 |
| Adiantamentos sobre impostos | 1,036 | 477 |
| | 23,644 | 18,520 |

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2016, os prémios de opções adquiridas foram divulgados na rubrica outras dívidas a receber a curto prazo. Em 2017, os prémios de opções adquiridas são divulgados em separado. Por essa razão, para efeitos de comparação, os montantes do exercício anterior foram reclassificados de forma a estarem em conformidade com a atual apresentação do exercício financeiro.

As outras dívidas a receber a curto prazo incluem 107 MCHF (2016: 318 MCHF) de prémios não amortizados relativos a quatro (2016: cinco) opções de venda adquiridas de duas entidades associadas por um prémio total de 858 MCHF (2016: 3,379 MCHF) que são avaliadas em 751 MCHF à data de 31 de dezembro de 2016 (2016: 3,061 MCHF).

As opções adquiridas em nome de ou a clientes são abrangidas por prémios equivalentes recebidos de opções vendidas a clientes ou em nome de clientes e encontram-se registadas em "Outro passivo" (consultar as notas 4.1 e 4.2).

Outras dívidas a receber a curto prazo incluem 7,346 MCHF (2016: 6,760) a receber de Credit Suisse Global Services G.I.E., Paris.

3.7. Acréscimos e diferimentos

Acréscimos e diferimentos são analisados da seguinte forma:

| | 31.12.2017 MCHF | 31.12.2016 MCHF |
|---------------------|--------------------|--------------------|
| Comissões a receber | 8,651 | 13,404 |
| Juros vencidos | 7,763 | 8,059 |
| Outros | 3,746 | 1,781 |
| | 20,160 | 23,244 |

Outros acréscimos e diferimentos incluem principalmente 243 MCHF (2016: 247 MCHF) a receber da Credit Suisse Funds Services (Luxembourg) S.A. ("CSFS") relativos ao subarrendamento do edifício e a despesas de manutenção.

3.8. Ativos denominados em moedas estrangeiras

À data de 31 de dezembro de 2017, os ativos denominados em moedas estrangeiras totalizam 6,852,371 MCHF (2016: 6,792,468 MCHF).

3.9. Movimentos de ativos fixos

Os ativos fixos do Banco tiveram os seguintes movimentos durante o exercício:

| MCHF | Valor total no início do exercício | Saldo inicial FX | Aquisições | Vendas | Diferenças de reclassificação e tradução | Valor bruto total findo o exercício |
|---|------------------------------------|------------------|--------------|-------------|--|-------------------------------------|
| Participações | 50 | 0 | 7 | 0 | 0 | 57 |
| Ativos intangíveis | 5,323 | 262 | 0 | (87) | 0 | 5,498 |
| Software | 5,254 | 256 | 0 | (87) | 0 | 5,423 |
| Despesas de formação | 69 | 6 | 0 | - | 0 | 75 |
| Ativos intangíveis | 21,700 | 191 | 1,031 | (12) | 0 | 22,910 |
| Terrenos e edifícios | 16,297 | 56 | 5 | 0 | 0 | 16,358 |
| Outros equipamentos tangíveis, EDP-equipamento e PC's | 1,310 | 4 | 682 | (12) | 106 | 1,878 |
| Equipamento de escritório | 4,093 | 131 | 344 | 0 | 106 | 4,674 |

| MCHF | Valor bruto total findo o exercício | Ajustes de valor cumulativo no início do exercício | Saldo inicial FX | Ajustes de valor ordinário do exercício | Reversões após vendas | Diferenças de reclassificação e tradução | Ajustes de valor cumulativo do exercício | Valor líquido total findo o exercício |
|---|-------------------------------------|--|------------------|---|-----------------------|--|--|---------------------------------------|
| Participações | 57 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 57 |
| Ativos intangíveis | 5,498 | 4,792 | 260 | 200 | (55) | 0 | 5,197 | 301 |
| Software | 5,423 | 4,723 | 255 | 200 | (55) | 0 | 5,123 | 300 |
| Despesas de formação | 75 | 69 | 5 | 0 | 0 | 0 | 74 | 1 |
| Ativos intangíveis | 22,910 | 7,170 | 136 | 2,626 | (8) | 0 | 9,924 | 12,986 |
| Terrenos e edifícios | 16,358 | 3,770 | 31 | 1,726 | 0 | 0 | 5,527 | 10,831 |
| Outros equipamentos tangíveis, EDP-equipamento e PC's | 1,878 | 1,059 | 4 | 215 | (8) | (84) | 1,186 | 692 |
| Equipamento de escritório | 4,674 | 2,341 | 101 | 685 | 0 | 84 | 3,211 | 1,463 |

4. Divulgações detalhadas relativas a rubricas do passivo

4.1. Principais instrumentos financeiros de atividades não comerciais

A tabela seguinte apresenta uma análise do montante a transportar relativo a passivos financeiros não comerciais do Banco para os intervalos de vencimento relevantes com base nos períodos restantes até ao reembolso.

| 31 de dezembro de 2017 MCHF | Inferior a três meses | Entre três meses e um ano | Entre um ano e cinco anos | Superior a cinco anos | Total |
|--|-----------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------|------------------|
| Passivo financeiro | | | | | |
| Débitos para com instituições de crédito | 937,762 | 156,014 | 195,843 | 97,795 | 1,387,414 |
| Dos quais a prazo ou com pré-aviso | 719,182 | 156,014 | 195,843 | 97,795 | 1,168,834 |
| Débitos a clientes | 5,864,973 | 57,299 | - | - | 5,922,272 |
| Dos quais a prazo ou com pré-aviso | 321,672 | 57,299 | - | - | 378,971 |
| Outros passivos | 14,782 | - | - | - | 14,782 |
| | 6,817,517 | 213,313 | 195,843 | 97,795 | 7,324,468 |

| 31 de dezembro de 2016 MCHF | Inferior a três meses | Entre três meses e um ano | Entre um ano e cinco anos | Superior a cinco anos | Total |
|--|--------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|------------------|
| Passivo financeiro | | | | | |
| Débitos para com instituições de crédito | 178,486 | 109,449 | 164,588 | 69,316 | 521,839 |
| Dos quais a prazo ou com pré-aviso | 26,327 | 109,449 | 164,588 | 69,316 | 369,680 |
| Débitos a clientes | 6,682,462 | 33,050 | 4 | - | 6,715,516 |
| Dos quais a prazo ou com pré-aviso | 699,931 | 33,050 | 4 | - | 732,985 |
| Outros passivos | 17,582 | - | - | - | 17,582 |
| | 6,878,530 | 142,499 | 164,592 | 69,316 | 7,254,397 |

- Os montantes dos débitos a instituições de crédito incluem 1,284,518 MCHF (2016: 456,898 MCHF) devidos a empresas associadas.
- Os montantes dos débitos a clientes incluem 199,365 MCHF (2016: 199,815 MCHF) devidos a empresas associadas.
- A rubrica outros passivos inclui prémios sobre opções subscritas ao justo valor de 710 MCHF (2016: 1,660) MCHF e quatro opções de venda adquiridas a duas empresas associadas (consultar também as notas 3.6 e 4.2).

4.2. Outros passivos

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

| | 31.12.2017 MCHF | 31.12.2016 MCHF |
|--|--------------------|--------------------|
| Credores Diversos | 11,382 | 14.408 |
| Prémios de opções subscritas em nome de ou para clientes | 1,058 | 1.660 |
| Credores privilegiados | 2,342 | 1.514 |
| | 14,782 | 17.582 |

A rubrica credores diversos inclui passivos de prémios no montante de 858 MCHF (2016: 3,379 MCHF) de quatro opções de venda (2016: cinco opções de venda) adquiridas a duas empresas associadas e avaliadas em 751 MCHF a 31 de dezembro de 2016 (2016: 3,061 MCHF) (consultar também a nota 3.6).

4.3. Contas de regularização

As contas de regularização são analisadas da seguinte forma:

| | 31.12.2017 MCHF | 31.12.2016 MCHF |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Acréscimos de custos administrativos | 27,341 | 25.205 |
| Taxas iniciais diferidas | 7,386 | 6.059 |
| Acréscimos de custos com comissões | 2,621 | 1,569 |
| Juros vencidos | 426 | 523 |
| Outros | 585 | 533 |
| | 38,359 | 33.889 |

4.4. Provisões para pensões e obrigações equiparadas

O plano de pensões do Banco, baseado no contrato celebrado com a AXA Assurances Vie Luxembourg S.A. vigente desde 1 de janeiro de 2002 e em conformidade com a lei sobre pensões de 8 de junho de 1999, foi aprovado pelo Ministério da Segurança Social do Luxemburgo.

As provisões relativas a pensões relativamente a 2017 ascendem a um montante de 15.099 MCHF (2015: 13.779 MCHF).

4.5. Outras provisões

As outras provisões são analisadas da seguinte forma:

| | 31.12.2017 MCHF | 31.12.2016 MCHF |
|--|--------------------|--------------------|
| Provisão de reestruturação França (consultar a nota 6.9) | 6,455 | 12,687 |
| Provisão de reestruturação Luxemburgo (consultar a nota 6.9) | 2,349 | - |
| Provisão de reestruturação Grécia (consultar a nota 8) | - | 795 |
| Provisões para litígios | 151 | 97 |
| Outras provisões | 1,430 | 1,175 |
| | 10,385 | 14,754 |

A lei relativa às medidas de resolução, reorganização e liquidação de instituições de crédito e de determinadas empresas de investimento e relativa ao sistema de garantia de depósitos e de indemnização dos investidores ("a Lei"), que transpõe para a lei luxemburguesa a Diretiva

2014/59/UE que estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de crédito e de empresas de investimento e a Diretiva 2014/49/UE relativa aos sistemas de garantia de depósitos e à indemnização dos investidores, foi aprovada a 18 de dezembro de 2015.

A 6 de fevereiro de 2015, o Banco fundiu-se com o Credit Suisse (France) S.A. e criou uma Sucursal em Paris. Neste contexto, em dezembro de 2016, foi contabilizada uma provisão remanescente de 6,455 MCHF (2016: 12,687 MCHF) em reconhecimento dos custos relacionados com a reestruturação das atividades da Sucursal francesa.

No fim de 2017, com a revisão da análise estratégica estabeleceu-se uma provisão de reestruturação no valor de 2,349 MCHF.

A provisão de reestruturação para a Sucursal grega no fim de 2016 foi liberada em 2017 com o encerramento da mesma por um montante de 853 MCH que inclui uma taxa de conversão de 68 MCHF.

As outras provisões incluem desde 2017 provisões para riscos operacionais bancários em relação ao Banco depositário de 483 MCHF e para a Sucursal austríaca de 589 CHF.

As provisões do ano anterior para risco fiscal incluído na rubrica "Outras provisões" foram liberadas em 2017.

4.6. Passivos subordinados

A 22 de junho de 2011, o Banco recebeu do Credit Suisse AG um empréstimo subordinado de 36,000 MCHF. A vigência inicial deste empréstimo é de dez anos com juros a liquidar mensalmente à taxa CHF-LIBOR a 1 mês, acrescida de 233 pontos base. O empréstimo é subordinado em capital e juros a todos os outros débitos presentes e futuros do Banco. Após cinco anos, o Banco tem a possibilidade de pagar antecipadamente o empréstimo dispondo para o efeito de um período de pré-aviso de 30 dias.

Os encargos com juros relativos a este empréstimo subordinado ascenderam em 2016 a 850 MCHF (2016: 877 MCHF) e encontram-se incluídos na rubrica "Juros e custos equiparados" na demonstração de resultados.

4.7. Capital subscrito e reservas

O capital social totalmente subscrito e realizado compreende por 230,936 ações (2016: 230,936 ações) cada uma com o valor nominal de 1.000 CHF.

O capital próprio inclui:

| | 31.12.2017 MCHF | 31.12.2016 MCHF |
|--------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Capital subscrito | 230,936 | 230,936 |
| Prémios de emissão | 27,544 | 27,544 |
| Reserva legal | 23,094 | 23,094 |
| Outras reservas | 52,200 | 61.057 |
| | 333,774 | 342.631 |

A 31 de dezembro de 2017, o Banco possui um capital social de 230,936,000 CHF dividido em 230,936 ações com um valor nominal de 1.000 CHF por ação, totalmente realizadas e com os mesmos direitos e obrigações.

Segundo a lei do Luxemburgo, as empresas deverão afetar ao fundo de reserva legal um mínimo de 5% do lucro líquido anual até que o valor deste fundo seja o equivalente a 10% do capital social subscrito. O fundo de reserva legal não pode ser distribuído durante a existência do Banco.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de maio de 2017, a perda de 18,857 MCHF relativo ao período financeiro de 2016 foi alocado às outras reservas (3.000 MCHF). No exercício de 2017 não foram distribuídos dividendos (2016: zero MCHF).

Em 2017, o Banco não creditou, em conformidade a alínea a) do parágrafo 8a da lei do imposto sobre o património líquido, o seu património líquido tributável de 1.987 MCHF face ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas incorrido durante o exercício (2016: 1,829 MCHF).

4.8. Passivos denominados em moeda estrangeira

À data de 31 de dezembro de 2017, os passivos denominados em moedas estrangeiras totalizam 6,869,824 MCHF (2016: 6,867,872 MCHF).

5. Informações relativas a rubricas extra patrimoniais (fora do balanço)

5.1. Passivos contingentes

Os passivos contingentes consistem em garantias emitidas a clientes da banca privada para fins comerciais. O valor total ascende a 85,368 MCHF (2016: 87,883 MCHF).

5.2. Compromissos

Os compromissos são compostos por linhas de crédito não utilizadas concedidas a clientes da banca privada e a clientes empresariais.

5.3. Operações fiduciárias

Esta rubrica abrange principalmente operações fiduciárias no valor de 158,571 MCHF (2016: 482,905 MCHF) com fundos de investimento administrados pelo CSFS.

5.4. Divulgações sobre gestão de riscos relacionadas com instrumentos financeiros derivados

Com exceção de quatro opções de venda adquiridas a duas empresas associadas relativas a prémios no valor de 858 MCHF (2016: 3,379 MCHF) que são avaliadas em 751 MCHF em 31 de dezembro de 2016 (2016: 3,061 MCHF), o Banco só negocia instrumentos financeiros derivados em nome de clientes (consultar as notas 3.1, 3.6 e 4.2).

(1) Transações ligadas a taxas de câmbios

À data do balanço, o Banco tem em vigor contratos forward sobre moeda estrangeira (swaps, outright) e opções. Estas transações são incorridas em nome de clientes e cobertas pelas transações subjacentes. As transações ligadas a taxas de câmbio, excluindo as transações à vista, representam um valor nominal total de 3,935,218 MCHF (2016: 4,045,258 MCHF) dos quais 2,327,798 MCHF (2016: 2,023,443 MCHF) foram concluídos com obrigações de associadas.

(2) Transações ligadas a outras taxas do mercado

À data do balanço, o banco tem em vigor opções sobre juros, capitais próprios e metais preciosos. Estas transações são sobretudo incorridas em nome de clientes e cobertas pelas transações subjacentes. As transações ligadas a outras taxas de mercado representam zero MCHF do valor nominal total (2016: zero MCHF). Tal como mencionado acima, à data do balanço, o Banco também possui quatro (2016: cinco) opções de venda pendentes com empresas associadas com um valor nominal total de 492,521 MCHF (2016: 804,139 MCHF).

À data de 31 de dezembro de 2017, o justo valor líquido negativo dos instrumentos financeiros derivados, incluindo as transações efetuadas com clientes e as transações subjacentes ascendem a um montante de (746) MCHF (2016: (2,922) MCHF), em resultado dos justos valores positivos de 33,052 MCHF (2016: 34,815 MCHF) e dos justos valores negativos de 33,798 MCHF (2016: 37,737 MCHF).

5.4.1. Instrumentos derivados do mercado de balcão não comerciais

A tabela seguinte apresenta uma análise dos instrumentos derivados do mercado de balcão não comerciais do Banco de acordo com os intervalos de vencimento relevantes com base nos períodos de reembolso remanescentes (montantes nominais):

| 31 de dezembro de 2017 MCHF | Inferior a três meses | Entre três meses e um ano | Entre um ano e cinco anos | Total |
|-----------------------------------|--------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------|
| Ligados a taxas de câmbio a prazo | 3,494,461 | 385,231 | 55,527 | 3,935,219 |
| Ligados a outras taxas do mercado | - | 290,372 | 202,149 | 492,521 |

| 31 de dezembro de 2017 MCHF | Inferior a três meses | Entre três meses e um ano | Entre um ano e cinco anos | Total |
|-----------------------------------|--------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------|
| Ligados a taxas de câmbio a prazo | 3,775,378 | 251,710 | 18,170 | 4,045,258 |
| Ligados a outras taxas do mercado | 626,363 | - | 177,776 | 804,139 |

5.4.2. Instrumentos derivados não comerciais cotados num mercado regulado

A 31 de dezembro de 2017, o Banco não possuía instrumentos derivados não comerciais cotados num mercado regulado assim como a 31 de dezembro de 2016.

5.5. Serviços de gestão e representação prestados pelo Banco

Os serviços prestados pelo Banco a terceiros consistem em:

- Gestão de carteira e consultoria sobre gestão de ativos;
- Custódia e gestão de títulos transmissíveis;
- Custódia de fundos de investimento domiciliados no Luxemburgo e nas Ilhas Virgens Britânicas e sub-custódia de fundos de investimento com domiciliação na Suíça;
- Créditos garantidos, créditos a grandes empresas e financiamento de exportações garantido por agências governamentais e por créditos hipotecários;
- Aluguer de cofres;
- Representações fiduciárias;
- Funções de agência;
- Serviços de financiamento a empresas:
- Domiciliação e/ou serviços administrativos e/ou serviços de TI prestados à sucursal luxemburguesa do Credit Suisse AG, ao Credit Suisse Courtage S.A., ao C-Cap Invest S.A., ao

Credit Suisse Fund Services (Luxembourg) S.A., ao Credit Suisse Fund Management S.A., ao MultiConcept Fund Management S.A..

6. Informações detalhadas sobre a demonstração de resultados

6.1. Juros e proveitos equiparados e juros negativos a receber

Os juros e proveitos equiparados a receber aumentaram no exercício de 2017 quando comparados com 2016 em resultado de do aumento dos créditos e adiantamentos a clientes com base nos baixos níveis de taxas de juro e a decisão de recuperar os juros negativos aos clientes.

Os juros negativos a receber diminuíram no exercício de 2017 devido à diminuição dos créditos e adiantamentos a instituições de créditos.

6.2. Juros e custos equiparados e juros negativos a liquidar

Os juros e custos equiparados aumentaram principalmente devido ao aumento de depósitos de instituições de crédito dentro do Credit Suisse Group. Desta forma, o montante aumentou para 24,244 MCHF (2016: 9,764 MCHF).

Os juros negativos a liquidar aumentaram no exercício de 2017 devido ao aumento dos montantes devidos a instituições de crédito. O impacto dos juros negativos ascende a 7,899 MCHF (2016: 6,223 MCHF).

6.3. Comissões a receber

O aumento das comissões a receber deve-se principalmente ao aumento do volume de ativos sob gestão, bem como a um nível superior de transações, quando comparadas com o ano anterior.

6.4. Comissões a liquidar

As comissões a liquidar mantiveram-se estáveis no exercício de 2017 quando comparado com 2016.

As comissões contratuais a liquidar ao grupo ascendem neste período a um montante de 14,691 MCHF (2016: 14,583 MCHF)

6.5. Perdas líquidas de operações financeiras

As perdas líquidas de operações financeiras estão ligadas sobretudo às perdas das transações com juros de opções incorridas pelo Banco, que ascendem a 9,729 MCHF (2016: 9,681 MCHF). O saldo remanescente está relacionado com diferenças de conversão cambial negativas num montante de 2,617 MCHF (2016: ganho de 105 MCHF).

6.6. Outros proveitos operacionais

Os outros proveitos operacionais são analisados da seguinte forma:

| | 2017 | 2016 |
|--|---------------|---------------|
| | MCHF | MCHF |
| Encargos a outras entidades do Credit Suisse Group | 8,466 | 13,744 |
| Subsídio recebido do Estado para custos de formação | 272 | 222 |
| Liberação de provisões para risco fiscal | 570 | - |
| Liberação de provisões de reestruturação para a Grécia | 863 | - |
| Liberação da provisão para créditos de liquidação duvidosa | 295 | 993 |
| IVA recuperável | - | 367 |
| Outros | 707 | 432 |
| | 11,173 | 15.758 |

6.7. Outros encargos operacionais

Os outros encargos operacionais são analisados da seguinte forma:

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------|--------------|
| | MCHF | MCHF |
| Encargos e provisões de reestruturação para França (consultar a nota 4.5) | - | 1,635 |
| Fundo de Resolução Único (SRF) e FGDL | 2,786 | 1,145 |
| Encargos e provisões de reestruturação para o Luxemburgo (consultar a nota 4.5) | 4,463 | 795 |
| Encargos e provisões de reestruturação para a Grécia (consultar a nota 4.5) | - | 614 |
| Perdas de negociação de valores mobiliários | 1,707 | 607 |
| Outras perdas e encargos de operacionais | 637 | 48 |
| Abates de ativos fixos e despesas de formação | 32 | - |
| Riscos outros negócios bancários | 948 | - |
| IVA não-recuperável | 551 | - |
| | 11,124 | 4,844 |

6.7. Outros encargos operacionais (continuação)

O esquema de garantia de depósitos e compensação do investidor posto em prática no passado através da “Association pour la Garantie des Dépôts Luxembourg” (AGDL) foi substituído por um novo sistema baseado em contribuições do esquema de garantia de depósitos e compensação do investidor. Este novo sistema cobre depósitos elegíveis de cada depositante até ao montante de 100,000 EUR e investimentos até 20,000 EUR. A Lei prevê também que os depósitos resultantes de transações específicas ou que cumpram um propósito social específico ou um outro propósito estejam cobertos por um montante acima dos 100,000 EUR por um período de 12 meses.

O montante financiado dos “Fonds de résolution Luxembourg” (FRL) deve atingir até ao final de 2024 pelo menos 1% dos depósitos cobertos, como definido no artigo 1º número 36 da Lei, de todas as instituições de créditos autorizadas em todos os Estados Membros participantes. Este montante será cobrado às instituições de crédito através de contribuições anuais de 2015 a 2024.

O nível de financiamento a atingir pelo “Fonds de Garantie des Dépôts Luxembourg” (FGDL) está fixado em 0,8% de todos os depósitos cobertos, como definido no artigo 163º número 8 da Lei, das instituições de crédito relevantes e deverá ser atingido no final de 2018 através de contribuições anuais. As contribuições deverão ser efectuadas sob a forma de pagamentos anuais de 2016 a 2018.

Quando o nível de 0,8% for atingido, as instituições de crédito do Luxemburgo deverão continuar a contribuir por mais 8 anos de forma a constituir uma segurança adicional de 0,8% dos depósitos cobertos como definido no artigo 163º número 8 da Lei.

6.8. Ajustes de valores relativos a créditos concedidos e provisões para passivos eventuais e para compromissos

Os ajustes de valores aumentaram ao longo do exercício. Relacionam-se principalmente com juros vencidos sobre créditos a empréstimos a descoberto e a outro empréstimo em incumprimento para um ajuste de valor total de 6,193 MCHF (2016: 4,495 MCHF).

6.9. Outros impostos não apresentados nas rubricas anteriores

Os outros impostos não apresentados nas rubricas anteriores também incluíram uma provisão de 1.367 MCHF para uma contribuição não recorrente ("Stabilitätsabgabe") da sucursal da Áustria às autoridades austríacas.

7. Outras informações

7.1. Pessoal

O número médio de funcionários durante o exercício financeiro foi o seguinte:

| | 2017 | 2016 |
|----------------|------------|------------|
| Gestão | 11 | 11 |
| Outros quadros | 165 | 175 |
| Funcionários | 245 | 252 |
| | 421 | 438 |

7.2. Órgãos de Administração, gestão e de supervisão

As remunerações pagas aos membros dos órgãos de gestão do Banco durante o exercício representam um valor total de 4,395 MCHF (3,939 MEUR) (2016: 6,138 MCHF (5,634 MEUR)).

Em 2017, o Banco pagou um total de 234 MCHF (210 MEUR) (2016: 231 MCHF (210 MEUR)) aos membros do Conselho de Administração. À data do balanço, o Banco não incorreu em qualquer compromisso relativo a pensões de aposentação pagas a membros do Conselho de Administração.

7.3. Empréstimos, adiantamentos e outros compromissos

O Banco não concedeu quaisquer empréstimos ou adiantamentos a membros dos órgãos de gestão nem a membros do Conselho de Administração.

O Banco não concedeu qualquer tipo de garantia em nome dos órgãos de gestão ou dos membros do Conselho de Administração.

7.4. Honorários do Auditor Externo

Os montantes faturados (sem IVA) e devidos por serviços prestados ao Banco pela KPMG Luxembourg, Société coopérative e por outras firmas que façam parte da rede KPMG durante o período de exercício são os seguintes:

| Honorários em CHF (sem IVA) | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Honorários de auditoria | 313,755 | 279,177 |
| Honorários relacionados com auditorias | 209,412 | 225,701 |
| Impostos | 14,833 | 12,278 |
| Outros | - | 2,150 |
| | 538,000 | 519,306 |

8. Eventos subsequentes

Não se verificaram eventos subsequentes relevantes que necessitassem de divulgação nas contas anuais a 31 de dezembro de 2017.

CREDIT SUISSE (LUXEMBOURG) S.A.

Sede social: 5, rue Jean Monnet, L-2180 Luxemburgo

R.C.S.: Luxembourg B 11756

Contactos:

Endereço postal: P.O. Box 40, L-2010 Luxembourg

Telefone: +352 46 00 11-1

www.credit-suisse.com

CREDIT SUISSE (LUXEMBOURG) S.A.

Sede social: 5, rue Jean Monnet

L-2180 Luxemburgo

R.C.S. Luxembourg B 11756

Conselho de Administração em funções

Stéphane HERRMANN, Administrador

5, rue Jean Monnet, L-2180 Luxemburgo

André HELFENSTEIN, Administrador

231, Uetlibergstrasse, 8045 Zurique, Suíça

Dominik MÜNCHBACH, Administrador

53, Bahnhofstraße, 8070 Zurique Suíça

André PRUM, Administrador

41, Allée St Hubert, 8138 Bridel, Luxemburgo

Yves MAAS, Presidente

5, rue Jean Monnet, L-2180 Luxemburgo

Hans-Jörg TURTISCHI, Administrador,

8, Paradeplatz, 8001 Zurique, Suíça

Theis Karlheinz WENKE, Administrador

231, Uetlibergstraße, 8070 Zurique, Suíça

Revisor Oficial de Contas:

KPMG Luxembourg

39, avenue John F. Kennedy, L-1855 Luxemburgo